

# Maciel quer Senado e Câmara atuantes

A substituição da Câmara e do Senado por uma ou duas comissões representativas durante o funcionamento da Assembléa Constituinte é "politicamente inviável e juridicamente comprometedora", na opinião do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel. Para o ministro, razões políticas e jurídicas recomendam que os trabalhos da Assembléa mereçam prioridade, mas não exclusividade.

A inviabilidade política de formar comissão ou comissões para tratar da legislação ordinária é determinada, na avaliação de Maciel, pela disposição de todos os parlamentares em exercerem por inteiro suas atividades.

— Como é que um parlamentar justificaria aos eleitores sua ausência dos trabalhos da Câmara e do Senado? — questiona o ministro — lembrando que muita gente ficaria fora de uma ou mesmo de duas comissões representativas.

— Quem se dispõe a abrir mão de qualquer atribuição e prerrogativa que a Constituição lhe reserve, insiste em perguntar Maciel para repetir a opinião de que é politicamente inviável a manutenção da Câmara e do Senado em recesso, como propõe o deputado Ulysses Guimarães e querem alguns parlamentares.

Ao contrário dos parlamenta-



Maciel defende Congresso

res, que identificam na Câmara e no Senado uma nova mentalidade produzida pelas eleições do ano passado, o chefe do Gabinete Civil continua a ver nas duas Casas grande resistência à suspensão das atividades regulamentares do Congresso.

— Todos sabem que foram eleitos para a Câmara ou para o Senado e para a Constituinte. E querem ser deputados ou senadores e constituintes — atesta Maciel. Ele não aposta mas estima que essa é a vontade da maioria.

Paralelamente à inviabilidade política, o ministro aponta dificuldades jurídicas que considera intransponíveis para a substituição da Câmara e do Senado por comissão ou comissões.